

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 85/XVI/1ª

RECOMENDA AO GOVERNO QUE SEJA REALIZADA UMA AUDITORIA AO MINISTÉRIO DA DEFESA

O Ministério da Defesa tem sido, desde há largos anos, terreno fértil para todo o tipo de negócios obscuros, mal explicados e muitos deles ruinosos para os cofres do Estado e para o interesse público.

Recentemente, e a título de exemplo, o país foi confrontado com a operação Tempestade Perfeita, uma investigação que concluiu pela existência de um esquema de corrupção no Ministério da Defesa que lesou erário público em pelo menos um milhão de euros, com as obras no Hospital Militar de Belém a ocupar um papel central, e que envolveu ainda dezenas de outras empreitadas. Neste processo, dirigentes dos serviços da Defesa e empresários são acusados de corrupção ativa e passiva, branqueamento de capitais, peculato e falsificação de documento. Contrapartidas pagas a quem tinha posições com poder decisão dentro do Ministério para a adjudicação de empreitadas, procedimentos de contratação pública de serviços e empreitadas em violação das regras legais aplicáveis, empresas fictícias criadas para o recebimento dos alegados subornos, viciação das regras de contratação pública ao articularem valores de propostas, adjudicação de empreitadas públicas que não tinham correspondência com os trabalhos executados, com o intuito de obter liquidez para sustentar o pagamento das contrapartidas aos envolvidos, são apenas alguns dos factos que constam da acusação.

Porém, este tipo de processo não é de todo inédito no Ministério da Defesa. Na verdade, não estamos perante um caso isolado, verifica-se a existência de um padrão com largos anos, de um problema reiterado de contratos no Ministério da Defesa Nacional, transversal a vários governos. Esta factualidade é grave, desprestigiante para o Estado e

para as Forças Armadas e coloca em crise a confiança dos cidadãos e cidadãs nas instituições.

A gravidade da situação impõe medidas que possam trazer total transparência à atuação do Ministério da Defesa, em particular aos processos de contratação e aquisição do Ministério, e apurar a legalidade de todos os contratos celebrados pelo Ministério da Defesa Nacional, pelo menos, a partir do ano de 2015.

Nesse sentido, é, assim, fundamental levar a cabo uma auditoria ao Ministério da Defesa Nacional, em particular no que diz respeito à contratação para a aquisição de bens e de serviços externos, por forma a aumentar a transparência das contratações e a devolver a confiança dos cidadãos e cidadãs na atuação do Estado.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

- Promova uma auditoria ao Ministério da Defesa Nacional, a executar, pelo Tribunal de Contas, que incida sobre todos os processos de contratação para a aquisição de bens e de serviços externos levados a cabo pelo Ministério, pelo menos, desde 2015, em particular, a sua conformidade com os preceitos de contratação pública e demais disposições legais aplicáveis.

Assembleia da República, 8 de maio de 2024.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Fabian Figueiredo; Isabel Pires; Mariana Mortágua;
Joana Mortágua; José Soeiro;